



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 5 dias do mês de dezembro do ano de 2022 reuniu-se, na sede social, o Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Vela estando presentes todos os seus efetivos nomeadamente o presidente Jorge Pessanha Viegas e os vogais Paulo Silva e José Maria Ribeiro da Cunha, este em representação de “JM Ribeiro da Cunha & Associados – SROC, Lda.”.

Aberta a sessão pelo presidente foi por ele lida a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Apreciação do plano de atividades e proposta de orçamento para 2023 e emissão do respetivo parecer.

Entrando no ponto único foi pedido a comparência do Diretor-Geral, Sr. Rui Santos, que fez uma detalhada exposição sobre as atividades desportivas e o orçamento para 2023, tendo realçado que a Federação iria tentar cumprir os objetivos traçados no orçamento.

O Conselho Fiscal apreciou o plano de atividades para 2023 e verificou que é intenção da Federação continuar a promover o desenvolvimento desportivo da Vela, em concordância e parceria com as associações regionais e com os clubes.

Esta tarefa, a nível nacional, não irá ser fácil, tendo em consideração a conjuntura económica e social, apesar de ser intenção da Direção em manter o equilíbrio orçamental da Federação Portuguesa de Vela, sendo certo que terá desafios importantes a levar a cabo.

Contudo, verificámos que a Direção está firme na prossecução dos seus objetivos.

O Conselho Fiscal apreciou, igualmente, o orçamento para 2023, e analisou os gastos que se esperam incorrer bem como os rendimentos que se esperam obter.

Destacam-se os gastos das várias rubricas que compõem a atividade da FPV, com o valor de 1.928.000 euros e total da receita no valor de 1.947.350 euros, da qual se destaca os subsídios do IPDJ no valor de 1.354.500 euros e os subsídios do COP no valor de 250.200 euros.

Ambos estão detalhados e são explicativos.

O orçamento para 2023 apresenta uma previsão de resultado positivo de 19.350 euros.

O Conselho Fiscal recomenda à Direção que desenvolva uma gestão cuidada e eficaz, porquanto os rendimentos que se esperam obter, fundamentalmente os subsídios à exploração, no valor de 1.604.700,00 euros ainda não se encontram, todos, contratualizados.



Assim, haverá que tomar em consideração que os gastos deverão ser efetuados no estrito acompanhamento dos rendimentos a receber, para que não exista prejuízo.

Após uma análise crítica do plano de atividades e da proposta de orçamento para 2023, os quais estão elaborados de forma equilibrada e são um importante instrumento de suporte à concretização da estratégia delineada, o Conselho Fiscal emite o parecer que ambos os documentos referidos no ponto único, merecem aprovação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que por todos vai ser assinada.

Presidente: Jorge Pessanha Viegas

Vogais: Paulo Silva

José Maria Ribeiro da Cunha  
Em representação de:  
JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.